

## OS TRÊS PILARES DA DIVERSIDADE ESPACIAL

**Leonardo Luiz Silveira da Silva**

Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais, Salinas, Minas Gerais,  
Brasil

[leonardo.silveira@ifnmg.edu.br](mailto:leonardo.silveira@ifnmg.edu.br)

### Resumo

Partindo da consideração da atuação das forças da globalização sobre o espaço geográfico, o artigo em questão objetiva desconstruir o mito da aldeia global e da homogeneização do espaço. Tais mitos seriam consolidados com a intensificação da globalização, exibindo como estratégia o foco em três pilares que sustentariam a heterogeneidade espacial: a paisagem, o tempo atomístico e a razão econômica. Reside justamente nessa estratégia a originalidade deste manuscrito, que utiliza a dialética e o relativismo como suportes analíticos. O texto exibe o pressuposto de que esses pilares não seriam forças necessariamente excludentes. A estratégia discursiva do artigo passa pela reflexão pontual acerca do papel dos pilares apontados, passando por reflexões que incluem a dialética do homem e o meio, a formação identitária, a negação da tangibilidade da cultura, a consideração da dinâmica da natureza e, por fim, o ordenamento econômico.

**Palavras-Chave:** Globalização; Aldeia Global; Diversidade.

## THE THREE PILLARS OF SPACE DIVERSITY

### Abstract

Based on the consideration of the role of the forces of globalization on geographic space, the article in question aims to deconstruct the myth of the global village and the homogenization of space, that would be consolidated through the intensification of globalization, showing as a strategy the focus on three pillars that would support heterogeneity: the landscape, atomistic time and the economic reason. Its originality lies precisely in this strategy, using dialectics and relativism as analytical supports. The text shows the assumption that these pillars are not necessarily exclusive forces. The discursive strategy of the article is precisely to reflect on the role of the pillars pointed out, including reflections that include the dialectic of man and the environment, the formation of identity, the denial of the tangibility of culture, the consideration of the dynamics of nature and, finally, economic ordering.

**Key words:** Globalization; Global village; Diversity.

## LOS TRES PILARES DE LA DIVERSIDAD ESPACIAL

### Resumen

Basado en la consideración del papel de las fuerzas de la globalización en el espacio geográfico, el artículo en cuestión apunta a desconstruir el mito de la aldea global y la homogeneización del espacio que se consolidaría con la intensificación de la globalización, mostrando como estrategia el enfoque en tres pilares que sostendrían el heterogeneidad: paisaje, tiempo atomístico y razón económica. Su originalidad reside precisamente en esta estrategia, utilizando la dialéctica y el relativismo como soportes analíticos. El texto muestra la suposición de que estos pilares no son necesariamente fuerzas exclusivas. La estrategia discursiva del artículo es precisamente reflexionar sobre el papel de los pilares señalados, incluidas las reflexiones que incluyen la dialéctica del hombre y el medio ambiente, la formación de identidad, la negación de la tangibilidad de la cultura, la consideración de la dinámica de la naturaleza y, para finalmente, ordenamiento económico.

**Palabras clave:** globalización; Aldea global; Diversidad.

## **Introdução**

O século XX ainda contava os seus primeiros anos quando Halford Mackinder (1919, 2003) passou a desafiar a hegemonia do poder marítimo, a partir da tese de que o incremento de ferrovias reorganizaria a balança de poder a favor das potências continentais. É perceptível que a aceleração de fluxos e o incremento de poder pertencem à mesma lógica da cronopolítica<sup>1</sup> de Paul Virilio (2007). A melhoria dos transportes possibilitou um rearranjo produtivo em um grau no qual foi possível proclamar uma era pós-fordista, marcada pela compressão espaço-tempo (HARVEY, 2004). Sabe-se que o progresso técnico espacialmente descompassado (SANTOS, 2012a) permite-nos indagar quem e em quais espaços as acelerações de fluxos alcançam, servem e interferem. Esta é uma crítica escancarada aos rótulos universalizantes ansiosos por divulgar os triunfos de novos tempos. A fetichização da vitória da aniquilação do espaço feita pelo tempo é expressa na exposição de souvenirs coletados em espaços longínquos, que dialeticamente se adequam aos anseios bestializados do comprador, tendo suas formas alteradas frente às mais solenes tradições a favor de uma estética mercantilizada (APPIAH, 1991). Exposta no mais íntimo espaço do lar, uma estante torna-se um esplêndido depósito de heterotopias<sup>2</sup>. Não são todos que expõem os troféus transvestidos de *souvenirs*, pois nem todos podem viajar. É justamente aqui que os *souvenirs* tornam-se não somente uma celebração do triunfo sobre o espaço, mas um símbolo de identificação de classe.

A reboque da espetacularização<sup>3</sup> (DEBORD, 1997), do cansaço<sup>4</sup> (HAN, 2015) e do silêncio<sup>5</sup> (BAUDRILLARD, 1993) que afligem as massas contemporâneas, outro mito alienante ainda se sustenta: a aldeia global (MCLUHAN; FIORE, 1971). O mito em questão, que é uma expressão metafórica, encontra respaldo entre outros sintomas da contemporaneidade tão alardeados: o fim do Estado-Nação (MIKESELL, 1983; OHMAE, 1999), dos territórios (BADIE, 1995), das soberanias (BADIE, 1999), o triunfo da

---

<sup>1</sup> Cronopolítica é uma palavra que alude às relações que envolvem o tempo e o poder. No interior da lógica da cronopolítica, a aceleração de fluxos é o principal componente das relações de poder. Aplicada ao sistema internacional de Estados, considera a aceleração de fluxos um componente mais relevante do que a própria expansão do território, fazendo com que romanticamente possa-se assumir o “fim da geografia”.

<sup>2</sup> O termo foucaultiano em questão é aplicado aqui em uma alusão à qualidade de objetos de espaços e tempos diferentes em relação ao lugar ao qual estão inseridos.

<sup>3</sup> O termo alude à sociedade do espetáculo de Guy Debord (1997), que explora, por sua vez, relações de alienação mediante relações econômicas e de poder discrepantes.

<sup>4</sup> Esta expressão refere-se a uma lógica social em que normalizamos o labor excessivo em detrimento do descanso.

<sup>5</sup> A expressão de Baudrillard refere-se a um comportamento inercial das grandes massas frente às contradições da vida cotidiana.

interdependência (KEOHANE; NYE JR., 1987, 2012); a ascensão dos estados comerciantes (ROSENCRANCE, 1986) e da aculturação americana (ZAKARIA, 2008). São todas essas ideias que se candidatam a epígrafes da lápide da diversidade espacial, à medida que defendem que a tradicional ordem política sucumbiu às imperiosas forças econômicas transfronteiriças. Com exceções pontuais, este discurso ampara a ideia de que um mercado avassalador livre de qualquer constrangimento é capaz de se impor em escala planetária.

Já são fortemente problematizadas na literatura as deficiências de uma abordagem que considera a globalização como capaz de homogeneizar o espaço, como vemos em Massey (2002), Haesbaert (2010), Santos (2012a) e tantos outros. Neste artigo objetivamos, em uma abordagem essencialmente epistemológica, abordar as três principais forças que explicam a permanência da essência heterogênea do espaço, a despeito de rompantes globalizadores. Acreditamos que a nossa proposta é inovadora, justamente por ser capaz de sintetizar em três grandes fatores as forças que atuam a favor da manutenção das heterogeneidades. Além de apontar estes três fatores, refletiremos sobre o seu mecanismo garantidor das heterogeneidades, em opinião contrária àqueles que acreditavam na morte da região e no mito da aldeia global. Apontamos como os pilares da diferença espacial: a paisagem, o tempo atomístico e a razão econômica. Cada um desses pilares interfere em dimensões diferentes do espaço. Em determinados âmbitos esses pilares são congruentes, não sendo, portanto, necessariamente excludentes. Não queremos por meio de nosso posicionamento esgotar as respostas quanto à heterogeneidade espacial, mas apontar o seu primordial sustentáculo.

### **O primeiro pilar: a paisagem**

Considerando as categorias geográficas, certamente a paisagem situa-se dentre as mais polissêmicas. A diversidade de sentidos atribuídos à palavra paisagem é dada pelo seu uso no senso comum, incluindo a licença dada aos literatos; é alicerçada também pelo enfoque dado pelas crenças pessoais e pelas reminiscências da evolução do conceito registradas diacronicamente. Há de se ressaltar, ainda, que as correntes de pensamento da geografia podem interferir em como se dá a leitura do espaço, e, portanto, da paisagem.

Essas correntes, por sua vez, são extremamente sensíveis ao *zeitgeist*<sup>6</sup>. Cabe-nos apontar elementos de reflexão epistemológica que dão substância ao emprego acadêmico do termo e que possibilitam a sua utilização enquanto instrumento de interpretação geográfica. Nos últimos anos, no que diz respeito ao conceito de paisagem, “verifica-se uma transição de enfoque do objectivável (sic) (físico/ecológico) para o fenomenal (o modo de ver, a relação sujeito/objeto)”, embora ambas as posições tenham representação” (SALGUEIRO, 2001, p.44).

Paul Claval assegura que a partir dos anos 1970 ocorreu uma forte guinada no sentido de se considerar a interpretação da paisagem a partir da subjetividade humana. Na sua visão, o indivíduo não é indiferente ao que vê, sendo influenciado pelo clima, pela vegetação e por forças que o anima e que estão diretamente associados ao seu “estado de alma” (CLAVAL, 2011). São destacados ainda como pilares de interpretação da paisagem outros sentidos além da visão, sendo cogitadas as existências de paisagens táteis, auditivas e olfativas (PORTEOUS; MASTIN, 1985; PORTEOUS 1985; TORRES; KOZEL, 2010). Fala-se sobre topofilias (TUAN, 1980), topofobias (TUAN, 2005) e topocídios (PORTEOUS, 1988), como forma de aludir aos laços emocionais dos indivíduos nas paisagens e lugares que pertencem ao âmbito da experiência<sup>7</sup>. O crescimento da consciência a respeito do valor paisagístico está levando certas comunidades a preservarem cenas e estruturas que não haviam sido pensadas como algo a ser preservado (LOWENTHAL, 1979). Um dos reflexos desse fato é o aumento exponencial da lista de patrimônios da humanidade gerenciada pela UNESCO. Por isso, não é estranho que o desconforto ambiental possa nos induzir à fuga (TUAN, 1998), como nos aponta Thomas Homer-Dixon (1991; 1994) ao se remeter aos grandes êxodos em secas prolongadas que são vistos como causas de conflitos entre etnias no continente africano. Para além da escassez dos recursos naturais, existe uma questão subjetiva que se associa à apazibilidade paisagística e aos laços estabelecidos entre indivíduos, comunidades e paisagens.

É na dimensão da palavra geograficidade que são expressas as relações emocionais que os indivíduos estabelecem com determinadas porções do espaço geográfico (DARDEL, 2011). O espaço da vivência ativa as memórias registradas pela experiência humana. A experiência é um termo que abrange as diferentes maneiras por intermédio das

---

<sup>6</sup> Refere-se ao contexto social, político, estético, econômico e filosófico de um dado período de tempo, que acaba interferindo nas ações dos homens.

<sup>7</sup> A topofilia é o laço afetivo que o indivíduo possui em relação a determinados lugares ou paisagens. A topofobia alude aos espaços marcados pelo medo enquanto que os topocídios associam-se ao ato de aniquilação dos lugares ou paisagens que se associam emocionalmente com os indivíduos.

quais uma pessoa conhece e constrói a realidade. “Essas maneiras variam desde os sentidos mais diretos e passivos como o olfato, paladar e tato, até a percepção visual ativa e a maneira indireta de simbolização” (TUAN, 2013, p.17). Deste modo, cheiros e gostos podem nos lembrar de diversas situações sociais vividas e locais visitados. Além da visão, nossos sentidos possuem inegavelmente referência espacial.

A totalidade da superfície terrestre é incognoscível a qualquer ser humano. Dessa forma, o espaço conhecido tende a se tornar nosso cosmos. Nesse contexto, desenvolvemos um sentido de centralidade que pertence ao escopo do nosso etnocentrismo. Em um mundo marcado pelas comunicações rápidas e difusas, é difícil para as pequenas comunidades acreditarem que estão no centro das coisas, embora algo dessa fé seja necessário se elas desejam prosperar (TUAN, 1980). Os planejadores urbanos parecem reconhecer essa necessidade, e proclamam, por exemplo, que Salinas-MG é a capital mundial da cachaça, enquanto Sheboygan, em Wisconsin (EUA), é a da salsicha. A cartografia antiga evidencia o senso de centralidade de povos antigos, como, por exemplo, no mapa produzido em tabuleta de argila e carregado de caracteres cuneiformes datado de 2500 anos. Em exibição pública no museu britânico, recebeu o nome de “Mapa babilônico do mundo” (BROTTON, 2014). Nos mapas antigos, comumente, o centro do mapeamento centraliza-se no ponto de vista do cartógrafo.

Há uma ideia de que a intensificação da globalização afrouxa a relação entre as identidades culturais e o lugar de onde elas se originaram (HALL, 2013). Apesar desse fato, não podemos dizer que o binômio homem-paisagem se rompeu. As paisagens continuam a participar da formação identitária do homem. Todavia – na dimensão metafórica – se a paisagem é uma escola identitária, os homens contemporâneos têm em uma parcela cada vez mais expressiva frequentado múltiplas escolas, ou seja, o deslocamento espacial contemporâneo tem possibilitado a expansão das experiências humanas. Partindo do pressuposto que a paisagem interfere na formação das identidades humanas, estaríamos assumindo uma posição determinista?

O determinismo geográfico pode ser dividido em duas grandes abordagens: a primeira é o determinismo ambiental; a segunda, o determinismo social. Essas duas abordagens não são necessariamente excludentes, apresentando-se, muitas vezes, como complementares. O determinismo ambiental via o ambiente natural como uma causa e as atividades humanas como efeito: a natureza era o molde físico pela qual as atividades humanas eram produzidas (HART, 1982). Ocupou uma posição central na geografia até o

início do século XX (JOHNSTON, 2017). O determinismo social busca explicar os arranjos sociais por meio de fatores específicos. Desta forma, associações diretas entre a alfabetização e a pobreza, criando relações de causa e consequência exclusivas, simplificam o papel da agência humana e também se incluem como discursos palatáveis ao positivismo (GUELKE, 1975).

É difícil conceber que alguém desconsidere os efeitos do meio para a organização social e mesmo para o comportamento individual. Todavia, a agência humana é tão complexa que não existe uma proposição teórica capaz de determinar o grau de interferência ambiental sobre os homens. Visto isso, quando se analisa trabalhos dedicados a temática determinista, nos parece uma celebração do triunfo do ambiente sobre a agência humana, sem que haja uma metodologia suficiente para atestar as hipóteses. Acrescentamos ainda que essas abordagens parecem carregar as reminiscências advindas da busca histórica da geografia em se afirmar como ciência (SCHAEFER, 1953; HARTSHORNE, 1978; SACK, 1972 e 1974; SMITH, 1979; HARVEY, 1986; CAPEL, 2013), já que a associação entre meio ambiente e sociedade, em âmbito causal, sugere o estabelecimento de modelos interpretativos e quiçá teorias e leis.

Se partirmos do pressuposto de que o meio físico exerce alguma influência sobre as sociedades – ainda que subjacente – como heranças das mais remotas tradições, no que se apoiaria o pensamento que almeja extirpar toda sorte de relação entre o homem e a paisagem que o cerca? Não há base de apoio a esta posição que exclui o meio da formação humana. O comportamento humano não é aleatório; ao contrário da tese de um *modus vivendi ex nihilo*<sup>8</sup>, acreditamos na força do binômio homem-paisagem como chave interpretativa para o registro da diversidade que é a marca indelével do planeta. Cremos que a existência de certa influência do meio físico sobre o homem é uma das garantias – existem outras, claramente – para que a superfície terrestre não se torne um meio isotrópico mediante as forças da globalização.

O mosaico composto pela diversidade paisagística continua a participar do processo dialético que envolve o homem e o meio, tão bem descrito por Augustin Berque<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> Algo que seja criado do nada, em um movimento aleatório da natureza.

<sup>9</sup> Berque afirma que “a realidade vai além do material, ao mesmo tempo retornando a ele também” (BERQUE, 2012, p.7). É curioso pensarmos também que as ideias humanas moldam a paisagem, ao mesmo tempo em que a experiência humana molda as ideias (WALTON, 1995) e que esta dialética expressa que “cada forma simbólica possui um papel de sentido e significado nessa estruturação, sendo parte de um universo que é constituído pelo material e imaterial” (SILVA; GIL FILHO, 2020, p.165). Para contemplar esta dimensão transcendente dos objetos materiais, Augustin Berque sugeriu a palavra geograma ao anunciar que “imaginar a Terra sem o céu, ou o inverso, não passa de uma abstração” (BERQUE, 2012, p.8). O

(2012; 2017). A multiplicação e o espessamento dos vetores dos fluxos de toda ordem, marca característica da ordem global, estimulou Bauman a falar de liquidez da modernidade e Foucault a analisar heterotopias. Vindo inicialmente do campo de estudo da anatomia, a palavra heterotopia aplicada ao espaço alude à presença de elementos que não são originais a um dado lugar e que por lá marcam presença. As heterotopias não surgiram recentemente. As grandes pedras que compõem o milenar Stonehenge foram trazidas de outros lugares. Por meio de sua dinâmica, criam novos tipos de lugares que tendem a se tornar, pelo menos durante um período, pontos de passagens obrigatórias para outros lugares (BARNES, 2004). As atuais geografias e suas paisagens não são menos indeterminadas e deslocadas do que as epistemologias pós-modernas. A heterotopia parece ser uma forma precisa de ver o mundo e englobar a geografia arbitrária da justaposição de elementos (RELPH, 2001). Las Vegas, com seus simulacros de pirâmides egípcias e outras reproduções de cidades mundiais é um ícone heterotópico. É necessário ser dito que a condição heterotópica está mais próxima de uma regra do que de uma exceção. As experiências espaço-temporais advindas do deslocamento de objetos e sua inserção em paisagens estranhas à sua origem é de tal sorte múltipla que nos parece mais fácil considerar os espaços se rearranjando na diversidade do que se homogeneizando, ainda que seja cada vez mais difícil abordar geografias genuinamente vernaculares (CLAVAL, 2011). Do ponto de vista sociocultural, também podemos falar de experiências espacialmente fragmentadas. Locais são penetrados e moldados em termos de influências sociais originadas bem distantes deles (LEMOS, 1999). Lugares são, portanto, porosos e incompletos, dinamizando-se em função das influências que são externas à sua constituição (BARNES, 2004), tanto do ponto de vista ideológico e cultural, quanto do ponto de vista material.

A maior interação entre os espaços, do ponto de vista das identidades culturais, auxilia a formar repetições-com-diferenças e reciprocidades-sem-começo<sup>10</sup> (HALL, 2013). É panglossiana e quixotesca a expectativa de homogeneidade cultural, face à complexa interação espaço-temporal envolvendo indivíduos e os ambientes que os abrigam. Desse

---

processo dialético que envolve o homem e o meio é sintetizado no conceito de *trajeção* que, por sua vez, é o processo evolutivo no qual o ambiente é antropizado pela técnica e humanizado pelo símbolo, o que o faz um meio humano e onde, simultaneamente, em retorno, este meio condiciona o humano para, indefinidamente, humaniza-lo de volta e assim por diante (BERQUE, 2017, p.6).

<sup>10</sup> Os processos descritos por Stuart Hall referem-se ao caráter da reprodução cultural, que nunca se dá como uma perfeita imitação. Ademais, as transferências culturais percorrem o tempo e não podemos afirmar onde as materialidades e imaterialidades culturais de fato se originaram.

modo, a paisagem, ou melhor, as paisagens, tornam-se guardiãs da pluralidade, ajudando a despedaçar a mítica aldeia global.

### **O segundo pilar: o tempo atomístico**

É importante ressaltar que o tempo pode ser entendido de diferentes formas, fato que explica as ocorrências de ferverosos debates entre os antropólogos e historiadores sobre o tema (FRIEDMAN, 1985). De um lado, o tempo atomístico, composto por instantes e medido pelos segundos, minutos e demais padrões de medida; de outro, o tempo como movimento ou fluxo, que é socialmente construído e pode comprimir as distâncias por intermédio do aumento da velocidade. Esse tempo socialmente arquitetado se apoia também na sazonalidade da paisagem e ajuda a construir os ciclos de trabalho (INGOLD, 1993). O tempo socialmente produzido organiza o modo de produção; assim, a construção do calendário e as compartimentações sociais do tempo edificam-se, dentre outras coisas, como pilares da governança (MUNN, 1992). É plausível considerar que o tempo atomístico atua como um fator indireto no arranjo da paisagem (pois a sua existência permite a atuação de outros fatores), enquanto que o tempo socialmente construído atua desde as formas indiretas às mais diretas, já que é capaz de condicionar socialmente indivíduos e a coletividade.

Jonathan Friedman (1985) acrescenta outra temporalidade possível: àquela que se refere a uma organização social particular de uma dada sociedade, com um calendário próprio que subdivide de forma diferente o tempo atomístico. Entre inúmeros exemplos, é o que ocorre com o povo ainu que habita o espaço insular e as franjas continentais entre o norte do Japão e a península de Kamchatka, no extremo oeste russo. Emiko Ohnuki-Tierney (1969), que estudou várias características deste povo, ressaltou que a organização do calendário ainu apresenta-se como uma “simples e binária divisão do fenômeno natural” (OHNUKI-TIERNEY, 1969, p.174). Não significa que os ainu não tenham qualquer noção do tempo duracional. Claramente os ainu são preocupados com o movimento do tempo do passado para o presente. Entretanto, ao dividir o tempo em estação quente e fria, dias e noites e repartir o calendário lunar em dois, mostram que “o tempo não existe como uma abstração livre, mas como um constituinte da relação entre a natureza e a estrutura social” (OHNUKI-TIERNEY, 1969, p.174).

Obviamente que a persistência de subdivisões particulares do tempo atomístico acaba impactando nas celebrações, nos ciclos de trabalho e em todo o âmbito do modo de

vida, garantindo a diversidade espacial. Mas vemos que o calendário que nos é imposto ganha cada vez mais o rótulo de universal. Porém, há de se considerar o papel mais relevante do tempo atomístico: sua atuação passiva como um vetor da experiência.

É difícil acreditar na tangibilidade cultural<sup>11</sup>, como Mitchell (1995) argumentou em seu polêmico artigo tão replicado (COSGROVE, 1996; JACKSON, 1996; DUNCAN; DUNCAN, 1996) e treplicado (MITCHELL, 1996). A ideia da cultura como um corpo definível espaço-temporalmente tem sido questionada desde a virada cultural (CHAKRABARTY, 2000; SAÏD, 2007; 2011; HALL, 2006; 2013; CANCLINI, 2011; EAGLETON, 2011; BHABHA, 2013; SILVA e COSTA, 2018a; 2018b; 2020). O foco nas identidades a partir da desconstrução da cultura entendida como um organismo homogêneo que conteria indivíduos com mesmos valores éticos, estéticos e morais tem sido uma estratégia discursiva comum (COHEN, 1993), como se vê nos estudos culturais contemporâneos e, particularmente na geografia, nas teorias não-representacionais.

As identidades, por sua vez, se formam a partir da experiência, que se dá através do tempo atomístico. O *zeitgeist* interfere na constituição das identidades, como bem apontou Stuart Hall (2006), mas não as definem; sua formação, espacialmente fendida e temporalmente adiada<sup>12</sup> (BHABHA, 2013) é produzida por meio de experiências individuais e coletivas (HALBWACHS, 1990). Essa posição teórica é sintetizada por uma metáfora melanésia trazida por Joel Bonnemaison acerca da vida insular. O viver em um arquipélago é visto como assumir a forma de uma árvore e de uma canoa. No caso da forma da árvore, é construída uma alusão às raízes identitárias da ilha-natal; no caso da forma de canoa, é representada uma vida em movimento, entre as ilhas do arquipélago. Apesar da vida em trânsito, a metáfora da canoa é útil porque significa dizer que o dinamismo espacial não apagou as marcas identitárias diretamente ligadas ao lugar de nascimento, expressas pela composição da madeira constituinte, advinda, por sua vez, da árvore (BONNEMAISON, 1994). Os fluxos entre as ilhas formam um espaço reticulado fundamental para que se desenvolva a territorialidade baseada em princípios de ligação, que foram bastante explorados por Claude Raffestin (1980) no livro *Por uma geografia do Poder. A matéria em transformação*, da árvore para a canoa, alude à própria transformação identitária. O tempo atomístico, passivo, é *conditio sine qua non* da composição das

---

<sup>11</sup> A tangibilidade cultural é uma expressão que alude à capacidade de uma cultura ser consensualmente descrita e delimitada no tempo e no espaço.

<sup>12</sup> Bhabha refere-se às identidades formadas por meio de influências de espaços desconectados (espaços fendidos) e temporalidades não contínuas (tempos adiados).

identidades fraturadas, espacialmente fendidas, temporalmente adiadas. É interessante observar que faz mais sentido pensarmos na espacialidade da experiência por meio de uma geometria reticular ou por polarizações do que por áreas (CLAVAL, 1999).

O tempo atomístico e o espaço não se constituem simétricos no plano da experiência. O homem não é onipresente, o que faz com que a sua múltipla experiência colhida nos lugares se dê em diferentes tempos. Podemos escolher ou sermos induzidos a estar em algum lugar. Não podemos escolher estar em um momento do tempo. Fala-se em *zeitgeist* na análise histórica para se levar em conta o contexto sociopolítico de um momento específico do tempo. Podemos evitar estar em algum lugar, mas ninguém é capaz de evitar a passagem do tempo. Por essa razão, o tempo atomístico é um fator passivo como constituinte das identidades, enquanto que o espaço é um fator ativo, sendo o lugar o lócus da experiência.

Como fator passivo, o tempo atomístico permite que as identidades percorram o caminho irrefreável da experiência. Os percursos individuais, excepcionais, permitem a proliferação da diferença humana, ocorrendo através dos tempos, por meio de experiências individuais e coletivas, em fragmentos espaciais descontinuados temporalmente. Consideramos que aquilo que Hall (2006) chamou de identidade pós-moderna<sup>13</sup> é, na verdade, a essência da identidade, não importando o período histórico em que a mesma é avaliada.

Esse raciocínio converge com a crença quanto à desconstrução das categorias que representam coletividades e negligenciam as diversidades individuais. Fundamenta-se a partir de correntes advindas da chamada virada cultural (JACKSON, 1997; VALENTINE, 2001; PEDROSA, 2016). Peter Jackson (1996) alertou que a abordagem de Mitchell (1995) – intolerante com a reificação cultural – poderia ser entendida como uma manifestação extrema do idealismo. Buscando uma conciliação entre o materialismo e o idealismo, Jackson (1998) assim asseverou:

As teorias de construção social não pretendem impor que a raça é uma ficção desprovida de efeitos materiais, mas que os modos de pensar e as práticas racialistas variam significativamente de tempo para tempo e de lugar para lugar (JACKSON, 1998, p.99).

---

<sup>13</sup> A identidade pós-moderna é àquela constituída de forma diversa e única, marcada pela instabilidade a partir das experiências temporais e espaciais.

Mitchell (1993), por sua vez, defende que a rejeição à materialidade destas categorias, apresentadas como corpos homogêneos, não significa negar os efeitos materiais acerca da crença sobre a sua existência. Terry Eagleton (1998) complementa que não há razão de assumir que, para as coisas pertencerem à mesma classe precisem todas apresentar exatamente as mesmas características essenciais. No papel de proeminente intelectual, Terry Eagleton tem essa clareza. É necessário, todavia, nos policiarmos constantemente de modo a evitar a tentação totalizante. O pensamento estrutural, notavelmente, detém a hegemonia da observação à *prima facie*, como, por exemplo, nos faz opor o cru e o cozido (LÉVI-STRAUSS, 1964). Distantes da teoria, como os leigos encaram a expressão totalizante? Com o mesmo relativismo de Eagleton (1998)?

A desconstrução das categorias totalizantes serve, no contexto aqui abordado, para rejeitar a generalização de indivíduos em torno de uma coletividade bem como a eternização das categorias coletivas. Essa última se expressa pela consideração de que as coletividades são imunes às mudanças temporais, naquilo que Edward Saïd (2007) se expressa como sendo a supressão da experiência histórica, em sua incisiva crítica à historiografia de Bernard Lewis<sup>14</sup> (2002; 2003; 2010). A consideração conjugada da força das identidades e o combate à eternização estereotipada das coletividades mostram, evidentemente, a força do tempo atomístico como fator passivo para a construção das identidades.

Para além das identidades, é o tempo o garantidor das modificações espaciais naturais. Ainda que em ritmos muitas vezes imperceptíveis a um olhar apriorístico por parte do homem, o dinamismo da natureza, não somente os diretamente associados às sazonalidades pendulares, mostra-se irrefreável. Conjuntamente com as ações antrópicas – sobretudo quando a natureza e o homem interagem em desarmonia – podem ocorrer acelerações na transformação paisagística e resultar nas chamadas calamidades humanas que geralmente são, à *prima facie*, tidas como reponsabilidade exclusiva da natureza errática e hostil. Assim, pensando além da composição identitária, a passagem do tempo atomístico é uma dimensão guardiã da diversidade espacial, ainda que atue na qualidade de fator passivo. A intensificação da globalização não consegue anular o caráter passivo do tempo atomístico como baluarte da diversidade espacial.

---

<sup>14</sup> Em resumo, a crítica de Saïd centra no fato de Lewis ignorar a história em movimento ao dissertar sobre o mundo islâmico. A preferência das imagens clássicas em detrimento das modernas imagens ocidentais é, inclusive, um dos dogmas do orientalismo definidos por Saïd (2007) em sua *magnum opus*. Para ver mais, consultar SILVA (2013; 2016; 2018).

### **O terceiro pilar: a razão econômica**

Sabe-se que a lógica da busca pela maximização do lucro explica parcela expressiva do comportamento não somente dos investimentos como também da circulação de mercadorias e formação de mercados. Por outro lado, a agência humana é demasiadamente complexa para assumir a razão econômica como uma variável fixa, capaz de ser prevista, mensurada e apartada de outras variáveis. Todavia, sendo uma força expressiva, acaba se constituindo como um importante fator para a constituição do espaço em fragmentos de um grande mosaico. As rugosidades de Santos (2012b; 2014) e os *reverse salients*<sup>15</sup> de Thomas Parker Hughes (1983) aludem às consequências da atuação de técnicas obsoletas conjuntamente com técnicas modernas, originando verdadeiros enclaves tempo-espaciais de épocas pretéritas. É como se o espaço se modificasse através do tempo atomístico em distintos ritmos. A obsolescência e a inovação não são polos extremos e exclusivos da explicação espacial. Entre o essencialismo polarizado da obsolescência e da inovação apresentam-se gradações distintas de inúmeras técnicas que nos ajudam a explicar não somente a forma pela qual o capital se reproduz, mas também a intensidade em que o espaço se transforma. Justamente pela complexa sinfonia que dá contornos ao espaço fragmentado, é difícil conceber um modelo tal como o dos dois circuitos da economia urbana, teorizado no livro *Espaço Dividido*, de Milton Santos (2004), pois a paisagem não nos parece merecedora de uma leitura dicotômica. Queremos dizer que a paisagem é tão distinta ao ponto de podermos aludir à arbitrariedade das regionalizações (HARTSHORNE, 1978; AGNEW, 1999; WISHART, 2004; SILVA; COSTA, 2020); em outras palavras, as unidades regionais do espaço dicotômico imaginado por Santos (2004) possuem também agudas diferenças interiores, ignoradas como estratégia discursiva que visa à elaboração de um modelo.

Os espaços temporalmente fragmentados, mais notáveis nas áreas urbanas, têm sido explorados pelas geografias pós-modernas, com foco nas questões estéticas e sociais. Não é possível separar a lógica da pós-modernidade e seus impactos na paisagem dos interesses econômicos (MINCA, 2009). Nesse sentido, o processo de fluidez econômica provocado pela acumulação flexível é indissociável da fetichização da heterotopia e da edificação de estruturas-pastiche, ou seja, estruturas que reúnem elementos de espaço e

---

<sup>15</sup> O termo *reverse salients* alude às diferenças técnicas que existem em um dado espaço, causadas pela capacidade distinta dos atores produtivos em absorver o novo e abandonar o obsoleto.

tempo diferentes, assumindo características quiméricas. Luís Mendes avalia o impacto das novas formas de organização produtiva sobre os espaços urbanos: a “transição para o novo regime de acumulação flexível do capital lê-se no território através (sic) do aumento da fragmentação urbana e de um mapeamento mais complexo das atividades e funções urbanas” (MENDES, 2011, p.477). O autor ainda completa, sobre o conjunto urbano: “nas teorias da condição urbana pós-moderna, a cidade é hoje apreendida como um sistema complexo, irredutível à separação em funções elementares e em zonas estanques” (MENDES, 2011, p.477). Os tradicionais CBD [*central business district*] em uma condição urbana pós-moderna tendem a se desmanchar em fragmentos. A centralidade do urbano é substituída pela policentralidade, formando uma grande rede de aglomerações de vários tamanhos, desenhando uma nova geografia urbana (SOJA, 1993). Em um redesenho quase oximorônico, “os subúrbios estão sendo cada vez mais urbanizados, à medida que a metrópole moderna monocêntrica se transforma em uma cidade regional policêntrica, abrangendo uma ampla rede de aglomerações de vários tamanhos” (SOJA, 2011, p.460). É plausível considerar que as formas fragmentadas assumidas pelos guetos urbanos se constroem – dentre outras variáveis – devido às forças mercadológicas.

O fenômeno da policentralidade não é absolutamente correlacionado ao cosmopolitismo. Todavia, grandes centros urbanos tendem a demonstrar com mais clareza a policentralidade e, pela expressividade do seu tamanho, acabam constituindo-se como pontos de convergência de fluxos de toda sorte fazendo-os gozar do cosmopolitismo. A intensificação da globalização claramente promove uma acentuação deste cenário. Podemos assim dizer que a policentralidade e o cosmopolitismo são fenômenos que possuem certa congruência entre si. As recriações dos guetos como fragmentos do espaço das cidades pós-modernas acabam atendendo paradoxalmente à lógica do espaço urbano como um sistema mais amplo. Guetos neotradicionais acabam se constituindo palatáveis e lócus de consumo do exótico. Ao mesmo tempo posicionam-se como fragmentos necessários para a cidade clamar o seu cosmopolitismo e o apreço à diferença. Os guetos notavelmente “étnicos” podem abrigar restaurantes etnicamente compatíveis que criam aos seus visitantes uma experiência de transcendência cultural, dominada por um fetiche alienado incapaz de apartar o tradicional do neotradicional. Para o consumo, esta incapacidade reflexiva do consumidor é o que menos importa, pois, dialeticamente, se oferece como cardápio aquilo que o consumidor também deseja. Qualquer ação diferente por parte do empreendedor está sob o risco de comprometer o bom andamento dos

negócios. Yi-Fu Tuan (1995) destaca que a necessidade de singularidade – mesmo em um âmbito individual – e a defesa de tradições coletivas fazem parte de um movimento reativo à crescente interdependência e conectividade do mundo contemporâneo. As distintas culinárias compõem o cenário fragmentado da metrópole entendida como pós-moderna, exacerbando o cosmopolitismo, atendendo à lógica da fetichização (COOKE E CRANG, 1996) e a tentativa por parte do empreendedor de manter as suas tradições, ainda que contraditoriamente experimentem formas neotradicionais de apresentação. É o que Peter Jackson (1999) teoriza quando fala sobre a mercantilização da diferença cultural. O produto deste movimento é uma força que atua sobre a urbe a favor da fragmentação e da exaltação da diferença, onde as heterotopias são bem-vindas. A fragmentação, deste modo, também está a serviço de uma ordem econômica. Jackson faz questão de lembrar que todas as culturas são mercantilizadas em diferentes graus (JACKSON, 1999, p.101). Para além da culinária dos guetos pulverizados, Los Angeles celebra eventos culturais gourmetizados e palatáveis ao grande público interétnico:

Mexicanos americanos vão até a praça de Cinco de Maio nos dias de festa. Japoneses americanos construíram uma praça na Pequena Tóquio para abrigar concertos, festivais e outras celebrações. Chinatown abriga os festivais das comunidades sino-americanas (LEES, 1994, p.452).

Lynn Hollen Lees (1994) acrescenta ao debate aqui posto que não é toda cidade que claramente evidencia a policentralidade. O autor analisa que este fenômeno de transição da monocentralidade para a policentralidade é recente e ainda limitado. Tem se convencido chamar o arranjo policentrado de certas urbes de organização urbana pós-moderna. Evidencia-se que, neste caso, a pós-modernidade não é um marco temporal: é o resultado da intensidade de certas forças sobre porções específicas do espaço geográfico. Apesar de abordamos aqui fenômenos exclusivamente urbanos, lógica similar atinge a área rural, mas em intensidade e consequências diferentes. Os exúrbios e a rurbanização<sup>16</sup> são termos relativamente novos utilizados pelos geógrafos que tentam descrever fenômenos de espacialidade restrita que também colaboram para a fragmentação daquilo que se convencionou ser o rural.

---

<sup>16</sup> Os exúrbios referem-se às aglomerações urbanas que surgem em alças rodoviárias a distâncias confortáveis das metrópoles. A rurbanização é um termo nascido na geografia urbana francesa e que alude a um processo no qual os espaços rurais que ganham características de espaços urbanos, nublando a diferença da tradicional dicotomia urbano/rural.

Os agentes da globalização contribuem, contrariamente do que poderia se supor, por intermédio da ideia da aldeia global, para a perpetuação da diferença espacial. A razão econômica – sendo parte expressiva da lógica sistêmica no qual estamos inseridos – apresenta-se assim como um dos pilares da diversidade espacial. Afinal, os descompassos espaciais expressam suas preferências, definindo os espaços da inovação e de sua atenção, como também os espaços da obsolescência e do seu esquecimento. Esta polarização foi um mero recurso linguístico, pois já se problematizou que, por detrás dela, existe uma miríade de gradações. Tamanha é a sua multiplicidade, que ato comparativo não passa de um exercício teórico desconfortável.

### **Considerações finais**

Apresentamos neste artigo um exercício teórico que defende a manutenção das diversidades e a desmitificação da aldeia global. Elegemos três grandes pilares da manutenção da diversidade, que não são necessariamente excludentes: a paisagem, o tempo atomístico e a razão econômica.

A paisagem mantém uma relação dialética entre o homem e o meio. Como se apresenta diversificada ao longo da superfície da terra expressará sua diversidade na estrutura formativa das identidades humanas. Os deslocamentos de elementos físicos e os fac-símiles heterotópicos, intensificados pela ordem global, impõem nova dinâmica na diversidade espacial e humana, sem contribuir para sua extinção.

O tempo atomístico é uma das dimensões da experiência, ao lado do espaço. É apresentado como um fator passivo, por permitir formações identitárias que são especialmente fendidas e temporalmente adiadas. Não acreditamos na existência material de influências e transformações coletivas de um corpo cultural tangível. Diferentemente, acreditamos na força da pluralidade identitária e negamos a ideia da cultura como sujeito. O tempo atomístico permite o deslocamento espacial e as experiências individuais e coletivas que delineiam a composição identitária, que nunca está acabada: é dinâmica e reativa às novas experiências. A massificação cultural é um engodo concebido pela materialidade e por uma ontologia exclusiva, que não é adequada para a explicação da complexa diversidade da agência humana. Além destes apontamentos, consideramos que é por intermédio do tempo atomístico em que a natureza, mesmo em estreita relação com o homem, modifica-se de modo implacável, adicionando nova instabilidade na dialética relação entre o homem e o meio.

A razão econômica, importante partícipe da condução da agência humana em nossa lógica sistêmica, reage de forma muito plural às amplas diversidades que se apresentam no espaço, amplificando as desigualdades já existentes. A partir da lógica da maximização do lucro, espaços são preferidos e outros esquecidos, em gradações que estão longe de ser dicotômicas. A grande pulverização existente na hierarquização das preferências dos agentes econômicos contribui para a replicação da diversidade já existente, como se os fragmentos espaciais se multiplicassem a cada rearranjo de um metafórico caleidoscópio.

É compreensível o ímpeto daqueles que teorizaram sobre a homogeneização espacial, pois a narrativa que dissemina a integração plena e o triunfo do tempo sobre o espaço abundam. Todavia, em diversos planos analíticos, a globalização não se mostra capaz de anular a diferença espacial. Esperamos por intermédio deste artigo termos proposto uma síntese dos pilares que sustentam a diversidade espacial, mesmo em tempos daquilo que se convencionou chamar de globalização.

## **Referências**

AGNEW, John. Regions on the mind does not equal regions of the mind. **Progress in Human Geography**, v.23, i.1, p.91-96, 1999.

APPIAH, Kwame Anthony. Is the Post- in Postmodernism the Post- in Postcolonial? **Critical Inquiry**, n.17, p.336-357, Winter, 1991.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: editora UFMG, 2013.

BADIE, Bertrand. **O Fim dos territórios. Ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

BADIE, Bertrand. **Um mundo sem soberania. Os Estados entre o artifício e a responsabilidade**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

BARNES, Trevor. Placing ideas: genius loci, heterotopia and geography's quantitative revolution. **Progress in Human Geography**, v.28, n.5, p.565-595, 2004.

BAUDRILLARD, Jean. **À sombra das maiorias silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BERQUE, Augustin. Geogramas, por uma ontologia dos fatos geográficos. **Geograficidade**, v.2, n.1, verão, p.4-12, 2012.

BERQUE, Augustin. A cosmofania das realidades geográficas. **Geograficidade**, v.7, n.2, p.4-16, inverno, 2017.

BONNEMAISON, Joel. The Metaphor of the tree and the canoe. Tradução de Peter Crowe. **Pacific Arts**, n.9-10, p.21-24, jul-1994.

BROTTON, Jerry. **Uma história do mundo em doze mapas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BYUNG-CHUN HAN. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

CANCLINI, Nestor. **Culturas Híbridas**. São Paulo: Edusp, 2011.

CAPEL, Horácio. Neopositivismo e Geografia Quantitativa. (in): CAPEL, Horacio. **Ruptura e continuidade no pensamento geográfico**. Maringá: EDUEM, 2013.

CHAKRABARTY, Dipesh. **Postcolonial thought and historical difference**. New Jersey: Princeton University Press, 2000.

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. **Geographia**, v.1, n.2, p.7-26, 1999.

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis: Ed.UFSC, 2011.

COHEN, Anthony P. Culture as identity: An Anthropologist's view. **New Literary History**, v.24, p.195-209, 1993.

COOKE, Ian; CRANG, Philip. The World on a plate: Culinary Culture, Displacement and Geographical Knowledge. **Journal of Material Culture**, v.1, n.2, p.131-153, 1996.

COSGROVE, Denis. Ideas and culture: a response to Mitchell. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v.21, p.574-575, 1996.

DARDEL, Eric. *O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DUNCAN, James; DUNCAN, Nancy. Reconceptualizing the Idea of Culture in Geography: A Reply to Don Mitchell. **Transactions of the Institute of British Geographers**. New Series, v.21, n.3, p.576-579, 1996.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

EAGLETON, Terry. **A ideia de Cultura**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FOUCAULT, Michel. **The order of things: an archaeology of the human sciences**. London: Routledge, 2002.

GUELKE, Leonard. On Rethinking Historical Geography. **Area**, v.7, n.2, p.135-138, 1975.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-Global**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

HALL, Stuart (2006). **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior (in): HALL, Stuart - Sovik, Liv (org.). **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2013.

HART, John Fraser. Highest form of the Geographer's Art. **Annals of the Association of American Geographers**. V.72, i.1, march, p. 1-29, 1982.

HARTSHORNE, Richard. **Propósitos e natureza da geografia**. São Paulo: Edusp, 1978.

HARVEY, David. **Explanation in Geography**. Bristol: Edward Arnold, 1986.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HOMER-DIXON, Thomas F. On the threshold: environmental changes as cause of acute conflict. **International security**, vol.16, n.2, Fall, 1991.

HOMER-DIXON, Thomas F. Environmental scarcities and violent conflict: Evidence from cases. **International security**, ed.19, n.1, p.5-40, 1994.

HUGHES, Thomas Parker. **Networks of power: electrification in Western Society, 1880-1930**. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1983.

JACKSON, Peter. The idea of culture: a response to Don Mitchell. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v.21, p.572-573, 1996.

JACKSON, Peter. Geography and the cultural turn. **Scottish Geographical Magazine**. v.113, n.3, p.186-188, 1997.

JACKSON, Peter. Constructions of "Whiteness" in the geographical imagination. **Area**, v.30, n.2, p.99-106, 1998.

JACKSON, Peter. Commodity cultures: the traffic in things. **Transactions of British Geographers**, n.24, p.95-108, 1999.

JOHNSTON, Tom. Environmental Determinism. (in) RICHARDSON, Douglas; et al. (eds). **The International Encyclopedia of Geography: people, the Earth, Environmental and Geography**. John Wiley & Sons, p.1-3, 2017.

KEOHANE, Robert O; NYE JR., Joseph S. Power and interdependence revisited. **International Organization**, New York, Vol. 41, Nº 4, Autumn 1987, p.725-753.

- KEOHANE, Robert O; NYE JR., Joseph S. **Power and interdependence: world politics in transition.** Boston: Little, 4<sup>th</sup> Edition, 2012.
- LEES, Lynn Hollen. Urban public space and imagined communities in the 1980s and 1990s. **Journal of Urban History**, v.20, n.4, p.443-465, August, 1994.
- LEMOS, Amalia Inés Geraiges. Geografia da modernidade e geografia da pós-modernidade. **Geosp**, v.3, n.1, p.27-39, 1999.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Le cru et le cuit.** Paris: Plon, 1967.
- LEWIS, Bernard. **O que deu errado no Oriente Médio?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- LEWIS, Bernard. **Os assassinos: os primórdios do terrorismo no islã.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.
- LEWIS, Bernard. **A descoberta da Europa pelo islã.** São Paulo: Perspectiva, 2010.
- LOWENTHAL, David. Environmental perception: preserving the past. **Progress in Human Geography**, v.3, i.4, p.549-559, December, 1979.
- MACKINDER, Halford J. **Democratic Ideals and realities.** New York: Henry Holt And Company, 1919.
- MACKINDER, Halford J. The geographical Pivot of History. In: TUATHAIL, Gearóid Ó; DALBY, Simon; ROUTLEDGE, Paul. **The Geopolitics Reader.** London: Routledge, 2003.
- MASSEY, Doreen. Globalisation: What does it means for geography? **Geography**, v.87, n.4, p.293-296, October, 2002.
- MCLUHAN, Hebert Marshall e FIORE, Quentin. **Guerra e Paz na Aldeia Global.** Rio de Janeiro: Record, 1971.
- MENDES, Luís. Cidade pós-moderna, gentrificação e a produção social do espaço fragmentado. **Cadernos metrópole**, v.13, n.26, p.473-495, jul/dez, 2011.
- MIKESELL, Marvin W. The Myth of the nation state. **Journal of Geography**, v.82, n.6, p.257-260, 1983.
- MINCA, Claudio. Postmodernism/Postmodern Geography. (in) Kitchin, Rob, Thrift, Nigel. **Encyclopedia of Human Geography.** Elsevier, Amsterdam, 2009.
- MITCHELL, Don. Book review of Writing Worlds: **Professional Geographer**, v.45, i.4, p.474-475, 1993.

MITCHELL, Don. There's No Such Thing as Culture: Towards a Reconceptualization of the Idea of Culture in Geography. **Transactions of the Institute of British Geographers**. New Series, v.20, n.1, p.102-116, 1995.

OHMAE, Kenichi. **O fim do Estado-nação**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PEDROSA, Breno Viotto. O império da representação: a virada cultural e a geografia. **Espaço e Cultura**, UERJ, n.39, jan./jun, p.31-58, 2016.

PORTEOUS, J. Douglas. Smellscape. Manchester: **Progress in Human Geography**, n. 9, p.356-378, 1985.

PORTEOUS, J. Douglas. **Planned to death: the annihilation of a place called Howdendyke**. Toronto: University of Toronto Press, 1988.

PORTEOUS, J. Douglas; MASTIN, F. Jane. Soundscape. Chicago: **Journal of Architectural and Planning Research**, Vol. 2, Number 3, p.169-186, 1985.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1980.

RELPH, Edward. The critical description of confused geographies (in): ADAMS, Paul C.; HOELSCHER, Steven; TILL, Karen E. **Textures of Place**. Minneapolis and London: Minnesota University Press, 2001.

ROSENCRANCE, Richard. **The rising of the trading State**. New York: basic Books, 1986.

SACK, Robert David. Geography, Geometry and Explanation. **Annals of the Association of American Geographers**, v.62, n.1, p.61-78, March, 1972.

SACK, Robert David. Chorology and Spatial Analysis. **Annals of the Association of American Geographers**, v.64, n.3, p.439-452, September, 1974.

SAÏD, Edward. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

SAÏD, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Paisagem e Geografia. Lisboa: **Finisterra**, número 72, p.37-53, 2001.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido**. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2012a.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Edusp, 2012b.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Edusp, 2014.

SCHAEFER, Fred K. Excepcionalism in Geography: A methodological examination. **Annals of the Association of American Geographers**, v.43, n.3, p.226-249, 1953.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. A evidência de práticas orientalistas como instrumento do imperialismo no pós-11 de setembro. Belo Horizonte: **Revista Geografias**, nº 17, p. 56-74, 2013.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. O embate entre Edward Said e Bernard Lewis no contexto da resignificação do Orientalismo. Niterói: **Revista Antropolítica**. Número 40, 1º Semestre, p.280-306, 2016.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. As duas faces da supressão da experiência histórica. Fortaleza: **Revista de História Bilros**, v.6, n.11, p.36-55, 2018.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; COSTA, Alfredo. A inadequação das regionalizações culturais mediante os pressupostos do pós-colonialismo. Salvador: **Geotextos**, v.14, n.1, p.225-247, 2018a.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; COSTA, Alfredo. Cultura como comunidade imaginada: uma crítica à abordagem ontológica da cultura nos estudos geográficos. **Geografias**, v.16, n.1, p.27-41, 2018b.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; COSTA, Alfredo. Questionando as delimitações cartográficas da cultura. **Caminhos de Geografia**, v.21, n.73, p.445-457, 2020a.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; COSTA, Alfredo. O desconforto das regiões e das classes. **Geosp**, v.24, n.3, p.533-546, 2020b.

SILVA, Márcia Alves Soares da; GIL FILHO, Sylvio Fausto. Sobre o conceito de espaço vivenciado: refletindo as espacialidades a partir das experiências emocionais. **Geograficidade**, v.10, n.especial, p.153-168, Outono, 2020.

SMITH, Neil. Geography, Science and post-positivist modes of explanation. **Progress in Human Geography**, v.3, i.3, p.356-383, 1979.

SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOJA, Edward W. Beyond Postmetropolis. **Urban Geography**, v.32, n.4, p.451-469, 2011.

TORRES, Marcos Alberto; KOZEL, Salette. Paisagens sonoras: possíveis caminhos aos estudos culturais em Geografia. Curitiba, **RA'E GA**, n.20, p.123-132, 2010.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

TUAN, Yi-Fu. Island selves: human disconnectedness in a world of interdependence. **Geographical Review**, v.85, n.2, p.229-239, abril, 1995.

TUAN, Yi-Fu. **Escapism**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1998.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do medo**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

TUAN, Yi-Fu. **Romantic Geography: in search of the sublime landscape.** Madison: Wisconsin University Press, 2013.

VALENTINE, Gill. Whatever happened to the social? Reflections on the “cultural turn” in British Human Geography. **Norwegian Journal of Geography**, v.55, p.166-172, 2001.

VIRILIO, Paul (2007). **Speed and Politics.** Los Angeles: MIT Press.

WALTON, Judy R. How Real(ist) can you get? **Professional Geographer**, v.47, i.1, p.61-65, 1995.

WISHART, David. Period and region. **Progress in Human Geography**, v.28, n.3, p.305-319, 2004.

ZAKARIA, Fareed. **O mundo pós-americano.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Submetido em: julho de 2020.

Aceito em: setembro de 2021.